

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte DOU, 156, 51
Data 13/08/04 Pg 40-2
Class. GK D00094

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 12 de agosto de 2004

Nº 76 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1949/04, e considerando o Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo LEVI MARQUES PEREIRA que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena GUYRAROKÁ de ocupação do grupo tribal Guarani Kaiowá, localizada no município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ

Referência: Processo: FUNAI/1949/04 - regularização fundiária. Denominação: Terra Indígena Guyraroká. Localização: Município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul. Superfície: 11.401 ha. Perímetro: 49.603 Km. Sociedade indígena: Guarani Kaiowá. Família Lingüística: Tupi-Guarani. População: 841 hab. (2001). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 083/ PRES, de 31 de Janeiro de 2001, coordenado pelo Antropólogo Levi Marques Pereira.

I PARTE: DADOS GERAIS. Os Kaiowá são um povo do tronco Tupi, da família lingüística Tupi-Guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, os Nandeva e os Mby'a. A literatura costuma designar estes três subgrupos como Guarani. Apresentam grandes similaridades do ponto de vista lingüístico, da organização social e do sistema religioso. Os Kaiowá ocupam, atualmente, pequenas aldeias situadas em uma faixa de terra de cerca de 150 quilômetros de cada lado da região de fronteira do Brasil com o Paraguai, onde são denominados Pãi Tavyterã. Para os Kaiowá a faixa de terra acima descrita compõe o território historicamente ocupado pelo grupo e é por eles denominado de tetã. A população Guarani (Kaiowá e Nandeva) em MS atualmente está distribuída 22 terras indígenas e alguns locais recentemente reocupados, sendo estimada em torno de 30 mil pessoas.

Estudiosos afirmam que o mundo colonial toma conhecimento dos atuais Kaiowá por ocasião da execução do tratado de Madri em 1750-60. Nesse momento os Kaiowá já se encontram no território que hoje ocupam e são identificados como índios "infieis" e culturalmente "bárbaros" pois, refugiados nas matas altas de difícil acesso, haviam ficado fora do processo de cristianização desenvolvido pelos jesuítas e do contato direto com os colonizadores. O território tradicional kaiowá estendia-se ao norte até as bacias dos rios Apa e Dourados, sendo que ao sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do Jejuí, compreendendo uma faixa de mais de cem quilômetros de cada lado da atual fronteira entre Brasil e Paraguai, abrangendo uma extensão aproximada de 40 mil quilômetros qua-

drados. Assim, a terra pretendida pela comunidade de Guyraroká está localizada no interior do amplo território tradicional ocupados pelos Kaiowá antes do período colonial.

A compreensão da distribuição espacial dos Kaiowá pelo seu território tradicional exige que se considere a forma de organização das unidades sociológicas características dessa sociedade. Os Kaiowá vivem organizados em parentelas (te'yi). Essa unidade pode ser descrita como: a) um grupo de residência, já que ocupa uma parte das terras de uma aldeia -tekoha e detém uma noção clara da porção de terra que ocupa; b) um grupo de atuação econômica, pois no seu interior desenvolve-se intenso intercâmbio de bens e serviços, dentro dos princípios que regem a economia de reciprocidade kaiowá; c) um grupo de atuação política, pois é a base do sistema de representação por intermédio do cabeça de parentela (hi'u), que reúne seus descendentes e aliados pelo carisma, representa-os e por eles fala nas reuniões gerais (aty), as quais reúnem os representantes de todas as parentelas (te'yi) que dividem uma mesma aldeia (tekoha), devendo defender os interesses do seu grupo familiar acima de qualquer outro interesse. O estudo identificou várias parentelas originárias de Guyraroká e seus respectivos líderes estão determinados em retornar para a terra. A maioria das pessoas com mais de trinta anos que compõem essas parentelas nasceram em Guyraroká e guardam uma viva memória do território e da vida comunitária que aí desenvolviam.

A noção de tekoha é adotada pela maioria dos trabalhos recentes sobre os Kaiowá para designar o grupo local. Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de teko, sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá, e ha, que como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, tekoha, pode ser entendido como o lugar (território), no qual uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (cultura). A formação de um tekoha implica na reunião e cooperação entre várias parentelas (te'yi). As parentelas que compõem o tekoha de Guyraroká estão mobilizadas com o intuito de recompor suas formas de sociabilidade, uma vez que foram dispersas por várias localidades, e de reocupar a terra onde residiam antes da expulsão.

II PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE. A distribuição das parentelas kaiowá em Guyraroká antes que ocorresse a expulsão evidencia que a organização social apresenta uma moldura territorial. A terra delimitada inclui os locais de antigas moradias, os espaços ocupados para o desenvolvimento de práticas produtivas e os acidentes geográficos que se constituem em referências míticas importantes para os Kaiowá. Evidentemente, muitos locais que antigamente eram utilizados como locais de caça, pesca, coleta e mesmo moradia ficaram fora do perímetro delimitado. Isto foi feito com base na legislação atual e contou com a anuência dos índios que reconhecem que a ocupação agropecuária da região inviabiliza política e economicamente a demarcação da terra indígena com as dimensões ocupadas no passado. A despeito dessas perdas, consideram que a terra é suficiente para manterem seu modo de vida tradicional, desde que seja implementado um plano de recuperação ambiental, já que restam poucas áreas de vegetação nativa.

As informações levantadas junto aos índios dão conta da concentração expressiva de população Kaiowá residindo na terra reivindicada em caráter permanente até o início da década de 1940, ocupando os eixos dos córregos Karaku e Ypytã. A partir dessa época as pressões dos fazendeiros que começam a comprar as terras na região tornaram inviável a permanência dos índios no local. São várias famílias extensas relacionadas entre si por fortes laços de sociabilidade (parentesco, aliança política e religiosa), caracterizando um tekoha guasu ou tekoha pavêm.

Guyraroká era no passado um centro religioso importante para vários outros nucleamentos kaiowá que ocupavam terras não muito distantes, sendo que entre esses diversos núcleos de povoamento existia um constante intercâmbio matrimonial e religioso. Entre essas localidades podemos destacar Taquara, as aldeias situadas ao longo do córrego Caarapó e do São Francisco, Kurupi e a aldeia do Km 20 (Yrukuty).

Tendo como referência dados levantados neste estudo em 2001, a população da Terra Indígena Guyraroká é formada por diversas parentelas remanescentes das famílias que habitavam esta terra, antes de sua titulação em nome de particulares. Aqui estão identificados: a) o antigo nome da região ocupada no interior da terra identificada e delimitada por cada uma destas parentelas; b) os atuais líderes das parentelas; c) o local de residência atual, enquanto aguardam a definição da demarcação; e d) o número de pessoas que reúne. Assim, temos: 1) Mutunry: as famílias dessa região são lideradas por Airtón Biguá, 57 anos, morador atual da reserva de Limão Verde, reunindo cerca de 55 pessoas; 2) Nundiary e Koguary: existem cinco parentelas originárias dessas localidades lideradas por: a) Papito, vive no acampamento com cerca de 32 pessoas; b) Felipe, vive na reserva de Caarapó com cerca de 46 pessoas; c) Cândida, vive na reserva de Dourados, com cerca de 23 pessoas; d) Jorge Paulo, vive na reserva de Dourados, com cerca de 34 pessoas; e) João, vive na reserva de Caarapó, com cerca de 14 pessoas. A população total é de 149 pessoas; 3) Tapytã: existem três parentelas originárias do local lideradas por: a) Miguela, vive no acampamento com 11 pessoas; b) Aurélio, vive na reserva de Caarapó com 27 pessoas; c) Carmem, vive no acampamento com 17 pessoas. A população total é de 55 pessoas; 4) Ynambu e Guyra Varero: existem três parentelas originárias dessas localidades, lideradas por: a) Tereza, vive na reserva de Dourados com 49 pessoas; b) Mário, vive na reserva de Caarapó com 41 pessoas; c) Ranulfo, vive na reserva de Taquapery com 28 pessoas. A população total é de 118 pessoas; 5) Chagua'yry: a parentela de Elia (e irmãos) é remanescente desse local, mas vive atualmente na reserva de Dourados. A população total é de cerca de 83 pessoas; 6) Mbyry'y: a parentela oriunda desse local é liderada por Horácio e vive atualmente na reserva de Caarapó com população

estimada em 21 pessoas; 7) Lagoa de Ouro: a parentela dessa localidade tem como forte referência a liderança religiosa de Jorge Paulo, que vive na reserva de Dourados, embora tenha muitos parentes na reserva de Caarapó. Perfazem número superior a 180 pessoas; 8) Kurusu Ambá: vivem sob a liderança de Doraline no distrito rural de Três Irmãs, totalizando 26 pessoas; 9) Médio Ypytã: a parentela originária dessa região vive sob a liderança de Sangrina na reserva de Caarapó, reunindo 14 pessoas; 10) Mboreviry: a parentela originária desse pequeno afluente do Ypytã vive sob a liderança de Quevedo na reserva de Caarapó, reunindo 33 pessoas; 11) Mboreviry/Rijuaju: a parentela originária dessa confluência vive sob a liderança de Getúlio na reserva de Caarapó, reunindo 9 pessoas; 12) Lucero: as parentelas originárias do curso desse córrego vivem sob a liderança de Alvarenga e Florêncio na reserva de Caarapó, reunido 19 pessoas; 13) Ypo'i: a parentela que vivia no curso desse córrego vive sob a liderança de Cavalheiro na reserva de Caarapó, reunido 79 pessoas. A população total de Guyraroká é, assim, de 841, entretanto, tende a ser bem maior do que os números acima apresentados, pela aglutinação de parentes dispersos.

Chama a atenção o fato de que os locais de antiga moradia apresentam características semelhantes: a) estão próximos a minas d'água potável, sempre limpa e fresca. Acreditam que a água extraída de minas d'água (ayvu) é a única apropriada para consumo humano; b) o local da casa, embora próximo à água, situa-se sempre numa elevação do terreno, alguns metros acima do curso d'água e com topografia com inclinação suficiente para garantir um bom escoamento da água das chuvas; c) ficam à pouca distância de terras férteis, próprias para o cultivo de milho, que juntamente com a mandioca, constituem a base da alimentação de origem vegetal; d) em boa parte dos casos, a casa fica à pouca distância de região de transição entre formações florestais distintas: ciliar, mata e cerrado. Isto permite explorar recursos vegetais e animais associados a cada um desses tipos de vegetação. Todas estas observações estão em consonância com as características observadas quanto a localização de sítios arqueológicos ocupados pela população Kaiowá (e Guarani em geral), antes do período colonial.

III PARTE: ATIVIDADES PRODUTIVAS. Tradicionalmente os Kaiowá são agricultores de floresta tropical, praticando a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta como atividades subsidiárias. O desenvolvimento de atividades produtivas está diretamente conectado com as unidades sociológicas a partir das quais essa sociedade está organizada. O calendário econômico anual também está intrinsecamente relacionado ao calendário das festas e rituais religiosos. Além do milho e da mandioca, cultivam amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, mbakuku (uma espécie de tubérculo), e algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana. Cultivam também algumas espécies não comestíveis como o urucum, o fumo e o algodão.

Chama a atenção a capacidade inventiva dos Kaiowá no sentido de seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional a despeito das condições históricas adversas. Trabalhando nas fazendas e sítios da região, como diaristas ou por tarefa, conseguem manter uma constante perambulação pelo território, o que lhes permite acesso a locais de caça e coleta. Em ambiente aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada, os Kaiowá mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. No acampamento existiam filhotes de papagaio e tucano, além de carcaças de animais caçados.

O trabalho nas fazendas, a venda de produtos agrícolas, as aposentadorias rurais e os recursos dos programas sociais do governo proporcionam o suprimento precário dos bens industrializados dos quais se tornaram dependentes. Paralelamente a esta inserção na economia regional, sempre que as condições são propícias, os Kaiowá seguem praticando sua agricultura tradicional, além da caça, da pesca e da coleta, atividades que colocam em operação as formas próprias de reciprocidade do grupo, baseadas em relações de parentesco e aliança. Independente do rendimento econômico essas atividades cumprem funções rituais fundamentais na vida de qualquer indivíduo, pois estão diretamente relacionadas aos processos de construção social da pessoa.

IV PARTE: MEIO AMBIENTE. Originalmente a região de Guyraroká era coberta por floresta tropical bastante densa, com madeiras de lei como a peroba, cedro, angelim, aroeira e o ipê, com características muito semelhantes às da mata atlântica, só que menos úmida, principalmente durante o período de inverno (junho a agosto). Apresenta em menor proporção áreas de cerrado alto (cerradão) e cerrado, com solos mais arenosos e ácidos. Os Kaiowá dão grande importância às matas ciliares, pois consideram como locais de concentração de muitos recursos animais e vegetais. Em conjunto, esses quatro tipos de formação florestal proporcionavam recursos variados em termos de alimentos, remédios e matéria prima para artefatos rituais.

Os Kaiowá conhecem e fazem uso, de acordo com seus saberes tradicionais, dos recursos de fauna e flora presentes no ambiente. O grupo menciona e classifica em sua própria língua um grande número de animais e plantas, especificando suas características, propriedades e formas de usos práticos e rituais. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal, e são imprescindíveis para a subsistência e a reprodução física e cultural do grupo. O estudo ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente alteradas pelo desmatamento.

Os Kaiowá de Guyraroká evidenciam, em relação à terra que reivindicam, um conhecimento da toponímia que revela uma profunda familiaridade com os locais das antigas roças, residências, cemitérios,

itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o conhecimento e nominação do território têm uma relação direta com a histórica dos Kaiowá e suas formas de representação simbólica. Os recursos presentes no ambiente, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos e costumes. As poucas áreas remanescentes de vegetação nativa podem servir como banco de sementes para a extensão da cobertura vegetal.

V PARTE: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL. Os locais de moradia, distribuídos ao longo dos córregos Ypytã, Karaku e seus pequenos afluentes e cabeceiras, correspondem também aos locais de cemitérios, já que segundo o costume kaiowá, os mortos são enterrados próximo ao local onde viviam. Não existem cemitérios com um grande número de sepulturas, pois os Kaiowá tinham o costume de mudar a localização da casa (a nova casa poderia ser construída a apenas algumas centenas de metros da antiga), sempre que morria uma pessoa de maior prestígio. Desmatamento, queimadas e o cultivo mecanizado da terra por décadas, dificultam a localização das sepulturas e a identificação de vestígios das antigas casas.

O modelo de ocupação da terra que os Kaiowá historicamente desenvolveram em Guyraroká é perfeitamente compatível com as condições ambientais aí presentes antes do desmatamento e com a sua organização social tradicional, constituindo uma evidência concreta de que a comunidade estava fixada nessa região muito antes da ocupação agropecuária. Isto também é referendado pela sedimentação de um corpus de crenças, tradições e relatos míticos que remetem à características e recursos presentes no meio natural, com o qual os Kaiowá demonstram ter uma relação íntima e prolongada. Assim, não resta dúvida que o retorno da comunidade de Guyraroká para sua terra original representa, para as parentelas que compõem esse tekooha, a tentativa de reaproximação com as divindades, já que as rezas poderão novamente ser praticadas. Representa também a tentativa de recompor relações sociais que se tornaram inviáveis dentro das reservas demarcadas (devido a problemas de superpopulação, igrejas pentecostais, destruição ambiental, etc.) para onde foram compulsoriamente transferidas.

VI PARTE: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO. O GT realizou a identificação e o censo dos ocupantes não índios, bem como a história, análise e descrição das benfeitorias nas propriedades que incidem sobre a terra identificada. O levantamento da cadeia dominial das propriedades identifica a origem e a qualificação dos títulos de propriedades que incidem sobre a Terra Indígena. Em sua maioria, as terras foram tituladas a partir da década de 1940, quando estas voltam ao domínio da União, com o fim dos contratos de arrendamento pela Cia Mate Laranjeiras. Os primeiros proprietários adquiriram as terras junto ao Governo do Estado de Mato Grosso através de compra e, paulatinamente expulsaram os índios, prática comum naquela época; mesmo assim, a presença indígena em Guyraroká como peões de fazendas, se prolonga até a década de 1980, sendo parte de uma estratégia do grupo de permanência na terra onde sempre viveram. O Estado vendeu as terras para particulares sem antes se certificar da ocupação indígena e o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas, já que o relatório de um servidor desse órgão, datado de 1927, atesta a presença indígena em Guyraroká (Ypytã), mas nada foi feito de concreto para assegurar a posse indígena. O levantamento fundiário realizado identificou os ocupantes abaixo listados. Cabe ressaltar que a numeração aqui apresentada corresponde às fichas com número de ordem e número de laudo de história daquele levantamento: 01) José Roberto Teixeira, fazenda Santa Claudina, 4.408,26 ha, no bairro Poique, ocupante há cerca de 27 anos, não reside na propriedade. Na fazenda vivem 14 famílias (51 pessoas); 02) Walter Romero Beloto, fazenda Vista Alegre, 236,89 ha, no distrito de Cristalina, ocupante há cerca de 35 anos, residente na propriedade. Na fazenda vivem ainda 03 famílias (13 pessoas); 03) Oswaldo Caldas de Rocha, fazenda Pinheiro Machado, 14,50 ha, na Lagoa Dourada, ocupante há cerca de 09 anos, não reside na propriedade; 04) Jovelina Maria da Silva, Sítio São Benedito, 30,80 ha, na Lagoa de Ouro, reside na propriedade. No sítio vivem ainda 4 famílias (13 pessoas); 05) Avelino Antônio Donatti, fazenda Cana Verde, 345,10 ha, no Poique-Cristalina, ocupante há cerca de 12 anos, não reside na propriedade. Na fazenda vive 1 família (4 pessoas); 06) Saulo Alves de Oliveira, fazenda Iputã, 96,80 ha, município de Caarapó, ocupante há cerca de 50 anos, não reside na propriedade; Na fazenda vivem 13 famílias (63 pessoas); 07) Saulo Alves de Oliveira, fazenda Fortaleza, 185,80 ha, município de Caarapó; 08) Ezoni lutz Carpes, chácara Fio D'água, 37,58 ha, na localidade de Major Pedro, ocupante há cerca de 8 meses, não reside na propriedade. Na chácara vive 1 família (5 pessoas); 09) Bernardino Franco, fazenda Santa Cecília, 625,61 ha, no Poique-Cristalina, ocupante há cerca de 32 anos, reside na propriedade. Na fazenda vivem ainda 2 famílias (8 pessoas); 10) Proprietário não-identificado, nome do imóvel -Agrotony; 11) Mário Yoití Ogasawara, "Sítio do Japonês", não foi possível obter dados mais detalhados; 12) Félix, não foi possível obter dados mais detalhados; 13) Aníbal de Oliveria Rocha, fazenda Palmeiras/Pinhão, 856,30 ha, na linha de Fátima do Sul, ocupante há cerca de 30 anos, reside na propriedade. Na fazenda vivem 5 famílias (17 pessoas); 14) Antonio Carlos Jorge Leite, não foi possível obter dados mais detalhados; 15) Benjamim Marra de Oliveira, lote com 7,0 ha; 16) Júlio César Danguy, lote com 45,30 ha; 17) Paulo David, lote com 29,40 ha, ocupante há cerca de 9 anos, não reside na propriedade; 18) José Eurico Stefanos, fazenda São Roque/São Sebastião, 369,40 ha, na linha de Fátima do Sul, ocupante há cerca de 31 anos, reside na propriedade. Na fazenda vivem ainda 3 famílias (12 pessoas); 19) Orlando Duarte Vilela, fazenda São Sebastião Ipacarai, 356,00 ha, na região do Cabo de Aço, ocupante há cerca de 23 anos, não reside na propriedade. Na fazenda vivem ainda 4 pessoas; 20) Helena Meurer Rinaldi, lote com 197,50 ha; 21) Marcelo Palmério, fazenda Chapadão do Bugre, 353,35 ha; 22) José Danilo Ruaro, fazenda São João I, 805,60 ha, no Bairro Poique, ocupante há cerca de 7 meses, reside na propriedade;

23) Eduardo de Tarso Soubhia, lote com 66,28 ha; 24) Paulo de Tarso Sobhie Napolitano, lote com 40,00 ha; 25) Joaquim Aparecido Carvalho, sítio Santa Helena, 60,00 ha, ocupante há cerca de 8 anos, não reside na propriedade; 26) Wilma Maria Romero Beloto, fazenda Maringá, 32,30 ha.

VII. PARTE: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO. Os dados apresentados e analisados no presente relatório permitem afirmar sem nenhuma dúvida que a região denominada de Guyraroká pelos Kaiowá é território tradicionalmente ocupado por um conjunto de parentelas desse grupo étnico. Esta ocupação é anterior ao início da venda e titulação das terras para particulares, portanto, constitui medida justa, legal e legítima a sua identificação, delimitação e posterior demarcação como Terra Indígena. Muitas gerações de Kaiowá aí viveram antes que as frentes de ocupação para extração de erva mate, criação de gado e prática de agricultura adentrassem na região.

A análise e comparação das histórias de vida revelaram uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de informantes que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de uma série de procedimentos metodológicos do trabalho de campo em antropologia, evidenciando que os Kaiowá em questão são detentores de uma considerável capacidade de memorizar a geografia de seu território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito oralmente antes da visita ao território. Os Kaiowá só deixaram a terra devido às pressões que receberam dos colonizadores que conseguiram os primeiros títulos de terras na região. A ocupação da terra pelas fazendas desarticulou a vida comunitária dos Kaiowá, mas mesmo assim muitas famílias lograram permanecer no local, trabalhando como peões para os fazendeiros. Essa estratégia de permanência na terra foi praticada até início da década de 1980, quando as últimas famílias foram obrigadas a deixar o local.

A cobertura vegetal e a fauna sofreram o forte impacto da ocupação agropecuária, mas isto não retira a legitimidade do direito de ocupação das terras pelos índios. Os Kaiowá vêm as alterações no ambiente como "mais um prejuízo" que terão que enfrentar e acreditam que se os brancos forem retirados e eles retornarem para seu antigo lugar "os rezadores (xamãs) vão rezar para o mato crescer e para trazer os bichos de volta". Os Kaiowá ocupavam, em caráter

permanente, toda a terra identificada e delimitada no presente relatório, segundo suas formas tradicionais de residência e compondo parentelas com número variável de famílias nucleares, distribuídas ao longo de cursos d'água, onde desenvolviam atividades de subsistência (roça, caça, pesca e coleta) e rituais, de acordo com seus usos e costumes. O estudo antropológico constatou a existência de relações de parentesco e outras formas de sociabilidade que pressupõem a existência de unidades sociológicas típicas da forma de organização social kaiowá. Assim, é possível atestar: a) a identidade do grupo enquanto comunidade kaiowá, estruturada segundo os usos e costumes tradicionais; b) a permanência cultural, já que insistem em manter seu modo de ser tradicional e a reivindicação da demarcação da terra cumpre justamente a exigência de reaverem o espaço físico que ocupavam, necessário para continuar realizando suas práticas culturais; c) a presença tradicional da comunidade de Guyraroká na terra em questão, da qual foi expulsa pelos fazendeiros que adquiriram as terras do Estado.

LEVI MARQUES PEREIRA

MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'41,3"S e 54°40'23,6"Wgr., localizado na faixa de domínio direita da estrada Juti - Dourados, segue por esta no sentido Juti, até encontrar o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'11,1"S e 54°40'26,2"Wgr., localizado no trevo das estradas que liga as cidades Fátima do Sul à Vila Cristalina e Juti à Dourados; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'39,2"S e 54°38'46,3"Wgr., localizado na margem direita do Córrego Taparique; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'00,4"S e 54°38'07,5"Wgr., localizado na faixa de domínio direita da estrada Fátima do Sul - Vila Cristalina, entrada da Fazenda Lago de Ouro; daí, segue por esta, até encontrar o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'18,8"S e 54°35'15,3"Wgr., localizado na faixa de domínio esquerda da já citada estrada, entrada da Fazenda Castelo; LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto 06, de coordenadas

geográficas aproximadas 22°28'09,5"S e 54°34'35,0"Wgr., localizado na margem esquerda do Ribeirão Caracú; daí, segue por uma linha reta até encontrar o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'36,1"S e 54°34'15,7"Wgr., localizado na faixa de domínio esquerda da estrada Fátima do Sul - Vila Cristalina; daí, segue por uma linha reta até encontrar o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'01,2"S e 54°34'59,1"Wgr., localizado no canto de um capão de mato na Fazenda São João; daí, segue por uma linha reta até encontrar o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'27,7"S e 54°33'57,7"Wgr., localizado na confluência do Córrego Nambu com o Ribeirão Caracú; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até encontrar o Ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'26,4"S e 54°37'14,6"Wgr., localizado na margem direita do Córrego Passo Fundo; daí, segue pelo córrego, a jusante, até o Ponto 10A, de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'10,0"S e 54°37'30,2"Wgr., localizado na confluência com o Córrego Iputã; daí, segue a jusante até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'56,5"S e 54°37'33,3"Wgr., localizado na margem esquerda do citado córrego; daí, segue pela estrada que liga a Fazenda Cabo de Aço ao entroncamento da estrada Dourados - Juti até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'05,5"S e 54°38'48,2"Wgr., localizado na curva da citada estrada; daí, segue por esta até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'13,0"S e 54°39'06,1"Wgr., localizado em outra curva sobre a ponte do Córrego Chaguayay; daí, segue por esta até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'44,3"S e 54°40'20,9"Wgr., localizado na faixa de domínio direita da citada estrada ao lado de uma plantação de eucalipto; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'33,5"S e 54°40'50,7"Wgr., localizado na faixa de domínio direita da estrada Juti - Dourados. OESTE: do ponto antes descrito, segue pela estrada Juti - Dourados, no sentido Dourados até encontrar o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'39,8"S e 54°40'48,2"Wgr., localizado na faixa de domínio direita; daí, segue por uma linha reta até Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'16,4"S e 54°40'59,4"Wgr. localizado na faixa de domínio esquerda da estrada Vila Cristina - Fátima do Sul; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 01, início desta descrição. OBS: Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SF-21-Z-B-V e SF-21-Z-B-II - Escala 1:100.000. - DSG - 1972 e 1969. Responsável técnico pela identificação dos limites: Doralcio Dornelas da Costa, Técnico Agrimensor, CREA 8607.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	Fonte	Doc 156,51
	Data	13/08/04 Pg 42
Class.		
Documentação		

INSTITUTO
SOCIOMBIENTAL
Documentação
Fonte DOU, 175, 51
Data 10/09/04 Pg 104
Class. GKD00094

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO

RETIFICAÇÃO

No primeiro parágrafo do Resumo do Relatório do Despacho nº 76 que aprova os estudos referente a Terra Indígena Guyraroká, publicado no DOU de 13 de agosto de 2004, Seção 1, pág 40, onde se lê "Superfície: 11.401 ha.", leia-se "Superfície: 11.440 ha."

No primeiro parágrafo do Resumo do relatório do Despacho nº 83 que aprova os estudos referente a Terra Indígena Arroio-Korá, publicado no DOU de 18 de agosto de 2004, Seção 1, pág 74, onde se lê "Superfície: 7.205 ha.", leia-se "Superfície: 6.870 ha."